

	POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA	NÚMERO COMPLIANCE/ 0006
		PÁGS 10

Edição	Histórico de Publicação	Elaborado por	Aprovado	Data
Março/2025	Primeira Publicação	Jurídico	Conselho Curador	10/03/2025

1 – INTRODUÇÃO

A Fundação Geraldo Perlingeiro Abreu – FGPA reconhece a importância de proteger a privacidade dos dados pessoais dos colaboradores, parceiros, prestadores de serviços e demais stakeholders. A privacidade e a proteção de dados pessoais são pilares essenciais para o desenvolvimento das atividades da FUNDAÇÃO, e esta Política de Governança em Privacidade de Dados Pessoais estabelece diretrizes claras para garantir o tratamento ético, seguro e conforme com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709/2018.

2 – OBJETIVO

Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais na FUNDAÇÃO, garantindo a proteção dos direitos dos titulares, a segurança da informação e a conformidade com a legislação aplicável.

3 – CONCEITOS BÁSICOS

A FUNDAÇÃO estabelece as seguintes definições que devem ser observadas para a correta aplicação e interpretação deste documento:

Bases legais: são as hipóteses legais que autoriza a FUNDAÇÃO a tratar Dados Pessoais. Pode ser o consentimento, a necessidade de cumprir um contrato ou cumprimento de uma obrigação legal, por exemplo.

Tratamento: toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição,

 <p>POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA</p>	<p>NÚMERO COMPLIANCE/ 0006</p>
	<p>PÁGS 10</p>

processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Titular dos Dados: é a pessoa física a quem se refere os Dados Pessoais que são tratados pela FUNDAÇÃO, seja colaborador, prestador de serviços, parceiros etc.

Consentimento: é a hipótese que autoriza o Tratamento de Dados Pessoais com base na manifestação livre, informada e inequívoca do Titular ao concordar com o tratamento dos dados pessoais para uma finalidade específica, informada pela FUNDAÇÃO.

Legítimo Interesse: é outra hipótese que permite que Dados Pessoais sejam tratados. A Lei define que os interesses só serão considerados legítimos se a forma de uso dos Dados não for contrária à legislação brasileira, e desde que seja dada efetiva transparência de tais usos, bem como sejam respeitados os direitos do indivíduo.

Dados Pessoais ou Dados: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. São exemplos de Dados Pessoais que permitem a sua identificação: nome, CPF, RG, endereço etc.

Encarregado: é o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (*Data Protection Officer*), que atua como canal de comunicação entre a FUNDAÇÃO, os Titulares dos Dados e a Autoridade Nacional De Proteção de Dados (ANPD), quando o assunto é a proteção dos Dados Pessoais.

Fundação Geraldo Perlingeiro Abreu ou Fundação: para os fins da presente Política, considera-se a Fundação Geraldo Perlingeiro Abreu, fundação privada com sede na Rua Minerais, 345 – sala 108 – Bairro Iguaçu, Cidade Ipatinga/ MG, CEP 35162-095, inscrita no CNPJ sob o nº 00.958.411/0001-94.

Site: é o site da FUNDAÇÃO.

Usuários: para fins desta Política, refere-se ao visitante ou a pessoa que interage com o site.

	POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA	NÚMERO COMPLIANCE/ 0006
		PÁGS 10

Cookies: são pequenos arquivos transferidos para o navegador que coletam informações sobre o comportamento de navegação, localização aproximada e tipo de dispositivo utilizado pelos visitantes do site, e saber como e quando as páginas são visitadas, bem como quantas pessoas acessam. Os cookies podem ser úteis para, por exemplo, o site se encaixar na tela do dispositivo ou entender melhor as preferências do usuário.

Política: É esta Política de Governança em Privacidade de Dados Pessoais.

4 – PRINCÍPIOS DO TRATAMENTO DE DADOS

A FUNDAÇÃO adota os seguintes princípios no tratamento de dados pessoais, em conformidade com o Art. 6º da LGPD:

- Finalidade: Os dados são tratados para fins específicos e legítimos, previamente informados ao titular.
- Necessidade: Coleta e utilização apenas dos dados estritamente necessários para atingir as finalidades pretendidas.
- Transparência: Para garantir que o tratamento de dados pessoais seja realizado de forma clara, precisa e acessível aos titulares.
- Segurança: Medidas técnicas e administrativas são adotadas nas operações para proteger os dados contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas.

5 – COMO E QUANDO OS DADOS PESSOAIS SÃO COLETADOS

A FUNDAÇÃO apresenta a tabela a seguir com os Dados Pessoais coletados e suas respectivas finalidades, que devem ser observadas e cumpridas:

Origem	Tipo de dados coletados	Finalidade
Navegação no Site	Dados de navegação: dados coletados por meio de cookies ou	Registro de acesso: registrar o IP, data e hora de acesso.

	<p>device ID's, incluindo IP, data e hora de acesso, localização geográfica, tipo de navegador, duração da vista e páginas visitas.</p> <p>Dados sobre o dispositivo de acesso (celular, tablet etc): modelo, fabricante, sistema operacional, operadora de telefonia, tipo de navegador, tipo e velocidade de conexão.</p>	<p>Funcionamento do site: ativar funcionalidades essenciais, como software antivírus, apresentação de conteúdo na tela, entre outras funções.</p> <p>Analytics: Sempre que um usuário fizer uma visita ao Site, a plataforma gera o código de acompanhamento que coleta informações pseudônimas sobre a interação do visitante com a página, em simples palavras é para entender o comportamento de navegação e como o Site está sendo usado.</p>
Formulário de contato	<p>Dados de cadastro: nome, e-mail e telefone do usuário do Site.</p>	<p>Esses dados são utilizados exclusivamente para responder às consultas do usuário, fornecer serviços ou enviar informações relevantes, como newsletters, conforme solicitado pelo usuário.</p>
Portal do Aluno	<p>Dados de cadastro: nome, data nascimento, e-mail, CPF, RG.</p>	<p>A coleta é exclusiva ao cadastro do estudante na plataforma de cursos da FUNDAÇÃO, e os dados são utilizados para liberação do mesmo no portal.</p>
Formulário para inscrição em Projeto, quando menor de idade	<p>Dados de cadastro: nome do menor, nome dos responsáveis bem como os seus dados pessoais, idade</p>	<p>Avaliar a inscrição e cadastrar o menor de idade em projeto realizado pela Fundação.</p>



**POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE
DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO
PERLINGEIRO ABREU – FGPA**

NÚMERO
COMPLIANCE/
0006

PÁGS 10

	ou data de nascimento, endereço completo, CPF, RG, grau de escolaridade, sexo, ocupação, raça, telefone, e-mail, necessidade especiais, se participam de algum projeto social do Governo.	
Termo de Consentimento	Dados de cadastro: nome do menor de idade e nome do responsável, RG e CPF.	Documento anexo ao formulário de inscrição em Projeto ou anexo a <i>Due Diligence</i> do colaborador ou prestador de serviços.
Termo de concessão e aceitação do suporte financeiro para participação no Projeto	Dados de cadastro: nome, e-mail e CPF do menor e seu responsável, dados bancários.	Documento anexo ao formulário de inscrição do menor que participa em um determinado Projeto.
Declaração de autorização de pais/responsáveis para participação de jovem menor de idade	Dados de cadastro: nome, RG, CPF, telefone, endereço do participante e seu responsável.	Documento anexo ao formulário de inscrição do menor que participa em um determinado Projeto.
Formulário para cadastro de seleção e contratação de prestadores de serviços	Dados de cadastro: nome, data de nascimento, endereço completo, CPF, RG, grau de escolaridade, ocupação, referências comerciais.	Avaliar a candidatura para vagas e oportunidades na Fundação.

Caso existem dúvidas em relação a este tópico, o Titular dos Dados poderá entrar em contato por meio dos canais de contato da FUNDAÇÃO, que estão informados ao final desta Política.

6 – COM QUEM A FUNDAÇÃO COMPARTILHA SEUS DADOS PESSOAIS

Em determinadas ocasiões, torna-se necessário compartilhar os Dados Pessoais com terceiros que prestam serviços em nome da FUNDAÇÃO ou devido a instrumentos jurídicos contratuais

 <p>FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU</p>	POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA	NÚMERO COMPLIANCE/ 0006
		PÁGS 10

celebrados. Seguem algumas situações específicas no âmbito da Fundação em que poderá ser realizado o compartilhamento de dados pessoais:

Parceiros e Prestadores de serviços. Em determinadas circunstâncias, será compartilhado os Dados Pessoais com Parceiros e Prestadores de serviços para facilitar a realização de ações ou iniciativas específicas. Um exemplo seria a ficha de inscrição de interesse em participar de Projetos realizados pela Fundação.

A Fundação realiza *Due diligence* de parceiros e prestadores de serviços, estabelecendo com eles compromissos contratuais relacionados à segurança de informação e à proteção dos dados pessoais, buscando minimizar riscos para os titulares desses dados.

Autoridades Públicas. A Fundação cumprirá a lei caso uma autoridade legalmente competente solicite o compartilhamento de determinados Dados Pessoais, como em situações de investigação. Contudo, a Fundação manterá uma postura firme contra qualquer abuso de autoridade e, se identificar que uma ordem específica é abusiva, adotará todas as medidas necessárias para defender a privacidade dos Titulares dos dados.

Proteção de direitos. Adicionalmente, mantemos o direito de compartilhar quaisquer Dados Pessoais essenciais para cumprir obrigações legais, aplicar os termos de uso ou ainda salvaguardar direitos da Fundação, de conselheiros e de *stakeholders*.

7 – TRANSFERÊNCIA DOS DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES

A Fundação não realiza transferência internacional de dados. No entanto, caso ocorra a transferência de algum dado, ela se limitará a empresas que evidenciem estar em conformidade ou em processo de conformidade com as leis vigentes de proteção de dados. Mantendo um nível de conformidade equivalente ou mais rigoroso do que o estabelecido na legislação brasileira aplicável.

8 – BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS

 <p>POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA</p>	<p>NÚMERO COMPLIANCE/ 0006</p>
	<p>PÁGS 10</p>

O tratamento de dados pessoais realizado pela Fundação é sempre baseado em uma das bases legais previstas no Art. 7º da LGPD, incluindo:

- Consentimento: Quando for necessário, será solicitado o consentimento explícito do titular dos dados ou de seu responsável.
- Cumprimento de obrigações legais.
- Execução de contrato.
- Legítimo interesse, desde que não comprometa os direitos e liberdades fundamentais do titular.

9 – DOS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

No Capítulo III da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) são garantidos vários direitos relacionados aos Dados Pessoais. A Fundação compromete respeitar e cumprir esses direitos e abaixo segue como o Titular de Dados pode exercê-los junto à Fundação, e são eles:

Confirmação e acesso: permite que o Titular possa verificar se a Fundação trata os seus dados pessoais e, caso positivo, requisitar uma cópia dos Dados Pessoais que possuímos.

Correção: permite que o Titular solicite ao Encarregado de Dados a correção dos seus dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.

Anonimação, bloqueio ou eliminação: permite que o Titular solicite para a Fundação anonimizar seus dados, de forma que eles não possam mais ser relacionados ao solicitante, deixando de ser dados pessoais; bloquear os dados, suspendendo temporariamente a sua possibilidade de tratarmos; e eliminar os dados, caso em que deletaremos todos os dados do solicitante sem possibilidade de reversão, salvo os casos previstos em lei.

Portabilidade: permite solicitar, mediante requisição expressa, que a Fundação forneça ao terceiro autorizado pelo Titular, os seus dados pessoais em formato estruturado e interoperável, desde que não viole a propriedade intelectual ou segredo de negócios da Fundação.

 FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU	POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA	NÚMERO COMPLIANCE/ 0006
		PÁGS 10

Eliminação: caso a Fundação esteja processando dados pessoais com base no consentimento, é possível ao Titular solicitar a exclusão desses dados sem possibilidade de reversão, por meio dos canais de comunicação informado ao final dessa Política.

Informação de compartilhamento: O Titular possui o direito de conhecer as entidades públicas e privadas com as quais a Fundação compartilha os dados. Se surgirem dúvidas ou se desejar detalhes, o Titular tem o direito de solicitar essas informações a qualquer momento.

Informação sobre a possibilidade de não consentimento: permite que o Titular tenha informações claras e as consequências de não fornecer o consentimento. O consentimento do Titular, quando necessário, deve ser livre e informado. Portanto, sempre que a Fundação pedir o consentimento do Titular, este será livre para negá-lo, ainda que, nesses casos, seja possível limitar a entrega para o Titular.

Revogação do consentimento: O Titular possui o direito de retirar o Consentimento em relação às atividades de tratamento que dependem desse consentimento. Contudo, a retirada do consentimento não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado anteriormente. Caso o Titular opte por retirar o seu consentimento, é possível que não possamos fornecer determinadas entregas, mas faremos um aviso prévio quando isso ocorrer.

Oposição: permite ao Titular se opor, a qualquer momento e em determinados casos, ao processamento de seus dados pessoais por motivos relacionados à sua situação particular, solicitando a interrupção.

10 – TEMPO DE ARMAZENAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

Os Dados pessoais são armazenados pelo tempo necessário para cumprir as finalidades da coleta, podendo ocorrer outras razões fundamentadas, como o cumprimento de obrigação legal, regulatória, contratuais, entre outras, respaldadas por uma base legal. É importante destacar que o Titular dos Dados Pessoais sempre tem o direito de solicitar a exclusão dos dados.

	POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA	NÚMERO COMPLIANCE/ 0006
		PÁGS 10

11 – COMO A FUNDAÇÃO PROTEGE SEUS DADOS E QUAIS AS RESPONSABILIDADES

A responsabilidade da Fundação consiste em zelar pelos os Dados Pessoais e empregá-los exclusivamente para os fins descritos na presente Política. Visando garantir a privacidade e salvaguarda dos Dados Pessoais, é implementado melhores práticas de segurança e governança, juntamente com políticas internas e procedimentos que delineiam as condições de organização, funcionamento, gerenciamento de riscos e outros aspectos inerentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

A Fundação promove treinamentos e ações educativas, ao mesmo tempo em que avalia de forma criteriosa os *stakeholders*. São estabelecidos compromissos contratuais voltados à segurança da informação e à proteção de dados pessoais, visando minimizar riscos para o Titular, dedicando esforços para resguardar a privacidade e os Dados Pessoais. No entanto, é importante salientar que a segurança não está sob exclusivo controle das ações e processos da Fundação. O uso não autorizado por terceiros no acesso do *site*, falhas em *hardware* ou *software* que escapem ao controle da Fundação, e outros fatores externos, podem comprometer a segurança dos Dados Pessoais do Titular.

12 – CONTATO PARA FALAR SOBRE OS DADOS PESSOAIS

Caso o Titular dos Dados Pessoais julgue que o tratamento de seus dados ocorreu de forma incompatível com a presente Política ou com as opções manifestadas como Titular, ou se surgirem dúvidas, comentários ou sugestões relacionadas aos Dados Pessoais, o Titular pode entrar em contato com a FUNDAÇÃO pelos seguintes canais:

Encarregado de Dados Pessoais (DPO): Graziela Neubert Almeida

Email: dpo@fgpa.org.br

Site: <https://fgpa.org.br/>

13 – VIOLAÇÃO DE DADOS

Em caso de violação de segurança que comprometa os dados pessoais, a Fundação notificará a ANPD e os titulares afetados, conforme as exigências do Art. 48 da LGPD.



POLÍTICA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE DE DADOS PESSOAIS DA FUNDAÇÃO GERALDO PERLINGEIRO ABREU – FGPA

NÚMERO
COMPLIANCE/
0006

PÁGS 10

14 – MELHORIAS

A FUNDAÇÃO está sempre buscando melhorias em suas atividades, sendo assim, a presente Política pode passar por atualizações. Desta forma, recomendamos a visita periódica desta página para que o Titular tenha conhecimento sobre as modificações efetivas.